SUMÁRIO

TÍTULO I
PODER CONSTITUINTE

CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES SOBRE O PODER CONSTITUINTE 1
1 Tema nebuloso 1
2 Natureza do poder constituinte 1
3 Limitações ao poder constituinte originário 5
4 Elaboração de documentos prévios 8
5 Elaboração constitucional na área de constituições socialistas 14
6 Função da Assembléia Nacional Constituinte 17
7 Convocação da Assembléia Nacional Constituinte 20

CAPÍTULO 2 – CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 23
1 Poder constituinte e Constituição 23
2 Constituição Política do Império de 1824 25
3 Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 26
4 Constituição Federal de 16 de julho de 1934 27
5 Carta de 10 de novembro de 1937 28
6 Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 29
7 Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 31
8 Atos institucionais e ditadura presidencial 34
9 Constituição e modelos constitucionais 35
10 Constituição e estabilidade do Governo Democrático 36

CAPÍTULO 3 – NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE DO ESTADO-MEMBRO 39
1 Fonte do poder constituinte estadual 39

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 Normas centrais, princípios constitucionais, princípios estabelecidos, Preordenação do Estado-Membro, normas de reprodução e o poder constituinte derivado 41
3 Difusão de normas centrais no constitucionalismo federal 45
4 Poder de auto-organização, regime de governo e controle da Constituição do Estado-Membro 47
5 Poder de auto-organização do Município 52

CAPÍTULO 4 – NATUREZA, LIMITAÇÕES E TENDÊNCIAS DA REVISÃO CONSTITUCIONAL 55
1 Reforma, emenda e revisão 55
2 Limitações ao poder de revisão 56
3 Irreformabilidade, limitações materiais explícitas e limitações materiais implícitas 59
4 Tendências dominantes da revisão constitucional 61

CAPÍTULO 5 – PERMANÊNCIA E MUDANÇA NA CONSTITUIÇÃO 69
1 Intangibilidade da Constituição 69
2 Sentimento constitucional 71
3 Desestima constitucional 73
4 Mutação constitucional 76
5 Formas da mudança constitucional 78
6 Poder constituinte derivado 79
7 Mudança constitucional no Direito Comparado 81
8 Limitações ao poder de reforma 85
9 Reforma política, reforma tributária e reforma econômica 86
10 Proposta de temas adicionais 87
11 Dupla revisão 88
12 Liderança presidencial e reforma constitucional 89

TÍTULO II
CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 91
1 Noção de Constituição 91

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 Concepção de poder constituinte 94
3 Rigidez e intangibilidade 96
4 Defesa da Constituição e controle da constitucionalidade das leis 100
5 O *sénat conservateur*, forma embrionária de controle 103
6 Criação judiciária do controle da constitucionalidade das leis 105
7 Regime parlamentar e as resistências ao controle da constitucionalidade 113
8 Tribunais constitucionais, contribuição do regime parlamentar 118
9 Jutisdição constitucional nas constituições da Alemanha, de 1919, da Áustria, de 1920, da Tchecoslováquia, de 1929, e da Espanha, de 1931 118
10 Ttibunais constitucionais da Itália, República Federal da Alemanha, Portugal e Espanha 130
11 Tradição de hostilidade ao controle no direito constitucional da França 144

CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA, NATUREZA E EXPANSIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 161
1 Estrutura, validez e vigência 161
2 Natureza da norma constitucional 162
3 Normas programáticas 163
4 Localização das normas programáticas na Constituição Federal de 1988 165
5 Constituição e normas anteriores 170
6 Vigência parcial da legislação anterior e o princípio geral do regime 172
7 Desconstitucionalização 173
8 Permanência e mudança da norma constitucional 174
9 Normas centrais 175
10 Constituição expansiva 177
11 Constituição plástica 180

CAPÍTULO 3 – CONSTITUIÇÃO E DIREITOS INDIVIDUAIS 183
1 Fundamentos dos direitos individuais 183
2 Autonomia da declaração de direitos 185
3 Concepção dos direitos individuais na Constituição do Império de 1824 e na Constituição Republicana de 1891 186
4 Direitos individuais e as prestações objetivas do Estado – a Constituição do México de 1917 e a Constituição da Alemanha de 1919 (*Weimar*) – A Constituição Federal de 1934 – A Constituição Soviética de 1936 187

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5 Direitos individuais e as Constituições européias do segundo pós-guerra – Direitos concretos e Constituições socialistas 193
6 Ciclo constitucional do segundo pós-guerra e as Constituições Federais Brasileiras de 1946 e 1967 – Ortodoxia do regime – Abuso dos direitos individuais 198
7 Internacionalização dos direitos individuais 201
8 Permanência dos direitos fundamentais 202

CAPÍTULO 4 – CONSTITUIÇÃO E DIREITO ADQUIRIDO 205
1 Amplitude do tema 205
2 Duas posições conflitantes 205
3 Direito adquirido e direito privado 206
4 Condicionamentos ao direito adquirido 207
5 Constituição e direito adquirido 209
6 Irretroatividade e direito adquirido nas Constituições Brasileiras 212
7 Poder constituinte e direito adquirido 214
8 Princípio da continuidade das leis no tempo e direito adquirido 216
9 Tratamento do direito adquirido no constitucionalismo brasileiro 219

CAPÍTULO 5 – CONSTITUIÇÃO E ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 221
1 Ordem econômica e constitucionalismo clássico 221
2 Ordem econômica e constitucionalismo moderno 222
3 Constituição sem ordem econômica 224
4 Ordem econômica e Direito Constitucional Brasileiro 226
5 Modelos de Ordem Econômica no constitucionalismo contemporâneo 227
6 Direito constitucional econômico 229
7 Princípios gerais da atividade econômica na Constituição Federal de 1988 229
8 Política urbana 232
9 Reforma agrária 232
10 Política agrícola 233
11 Sistema financeiro nacional 234
12 Ordem econômica, princípios fundamentais da República e Estado Democrático de Direito 235

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 6 – CONSTITUIÇÃO E MEIO AMBIENTE 237
1 Meio ambiente no direito colonial 237
2 Precedência da legislação ordinária federal 238
3 Primazia na Constituição da República de 1988 240
4 Repartição de competências e meio ambiente 243
5 Município e meio ambiente 245
6 Constituição do Estado e meio ambiente 247
7 Direito comparado e meio ambiente 249
8 Posição singular do meio ambiente no Direito Brasileiro 250

CAPÍTULO 7 – NORMAS CENTRAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 253
1 Normas, regra, princípio e normas centrais 253
2 Normas centrais e o federalismo norte-americano 255
3 Normas centrais na constituição da Áustria de 1920 256
4 Normas centrais na Constituição Federal de 1988 e o modelo europeu 256
5 Constituição federal e constituição total 257
6 Federalismo de equilíbrio e normas centrais 257

CAPÍTULO 8 – CONSTITUIÇÃO E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS 259
1 Natureza do direito transitório 259
2 Impregnação privatística do direito transitório 260
3 Ausência de disposições transitórias nas primeiras Constituições escritas 261
4 Constituições socialistas sem disposições transitórias 262
5 Constituição da República de 1988 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 263
6 Classificação das normas constitucionais transitórias 265

TÍTULO III
ESTADO FEDERAL E TENDÊNCIAS DO FEDERALISMO CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO 1 – Organização constitucional do federalismo 273
1 Pressupostos da organização constitucional do federalismo 273
2 Repartição de competências 275
3 Modernização da repartição de competências 278

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4 Federalismo de equilíbrio, descentralização legislativa e autonomia do Estado-Membro 281
5 Outras questões do federalismo constitucional 286
6 Federalismo, desenvolvimento regional e regiões metropolitanas 286
7 Reedificação da República Federal 287

CAPÍTULO 2 – O ESTADO-MEMBRO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 289
1 Estado federal e associação de Estados 289
2 Natureza do vínculo federativo 290
3 Designação nominal de cada Estado, matéria dos poderes reservados 292
4 Criação de novos Estados 293
5 Poder de organização constitucional dos Estados e poderes reservados 297
6 Limitações ao poder de organização e competência do poder constituinte do Estado 298
7 Classificação das normas centrais federais 300
8 Primado da Constituição Federal 303
9 Representação – Ação direta de inconstitucionalidade – O Supremo Tribunal Federal e o controle da constitucionalidade da Constituição do Estado-Membro 304

CAPÍTULO 3 – REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 309
1 Repartição de competências e Estado Federal 309
2 Repartição de competências e Constituição Federal 310
3 Formas de repartição de competências 310
4 Repartição de competências na Constituição Federal de 1988 314
5 Competência geral da União 316
6 Competência de legislação privativa da União 319
7 Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 322
8 Competência de legislação concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal 324
9 Poder de organização e poderes reservados aos Estados 326
10 Conclusões 327

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 4 – AUTONOMIA DO ESTADO NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO 329
1 Noção de autonomia 329
2 Autonomia na Constituição Federal de 1891 332
3 Apogeu da autonomia na Constituição Estadual 342
4 Exorbitâncias do Constituinte Estadual 350
5 Autonomia sem técnica de enquadramento 355
6 Norma e realidade 361
7 Supressão da autonomia 375
8 Autonomia na Constituição Federal de 1934 379
9 Autonomia estadual 387
10 Eclipse da autonomia 394
11 Restauração da autonomia na Constituição Federal de 1946 397
12 Sedimentação da autonomia 406
13 Autonomia na Constituição Federal de 1967 412
14 Reorganização do federalismo e autonomia na Constituição Federal de 1988 413

CAPÍTULO 5 – TENDÊNCIAS ATUAIS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA 417
1 O tema no Direito Constitucional brasileiro 417
2 Irreformabilidade da forma federativa de Estado 418
3 Composição da República Federativa 419
4 As características do federalismo constitucional 420
5 Estado Federal e Regiões 421
6 Repartição de competências: modelo tradicional e modelo contemporâneo 424
7 Federalismo de equilíbrio e federalismo cooperativo 426
8 Constituição Federal e Direito Internacional 428
9 Formação de novos Estados e Municípios 430
10 Novos fundamentos do Federalismo brasileiro 430

CAPÍTULO 6 – ESTADO FEDERAL E ESTADOS DESCENTRALIZADOS. AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE O ESTADO FEDERAL E O ESTADO AUTONÔMICO (ESPANHA) E O ESTADO REGIONAL (ITÁLIA) 433

1 Estado Unitário, Estado Unitário Descentralizado e Estado Federal 433

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 Autonomia constitucional e poder de auto-organização do Estado 436
3 Características do Estado Federal 438
4 Renovação do modelo federal 439
5 Regiões, Comunidades Autonômicas e Estado Federal, aproximações e distanciamento 440

CAPÍTULO 7 – AS NOVAS TENDÊNCIAS DO FEDERALISMO E SEUS REFLEXOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 445
1 Identificação das novas tendências 445
2 Renovação da repartição de competências 446
3 Repartição de competências nas Constituições da Áustria (1920), da Alemanha (1949) e da Índia (1950) 446
4 Repartição de competências na Constituição do Brasil de 1988 449
5 Integração do Direito Internacional no Direito Federal 449
6 Estado-Membro e relações internacionais 451
7 Federalismo cooperativo 452
8 Controle federal da autonomia financeira do Estado 454
9 Controle jurisdicional da autonomia constitucional 455
10 Constituição materialmente federal 457

CAPÍTULO 8 – FORMAS SIMÉTRICAS E ASSIMÉTRICAS DO FEDERALISMO NO ESTADO MODERNO 459
1 Estado moderno, Constituição e Federalismo 459
2 Características do federalismo simétrico 459
3 Pluralidade das formas federais 461
4 Identificação do federalismo assimétrico nas Constituições Federais da Áustria, Índia, Canadá, Bélgica, Suíça, México, Alemanha, Argentina e Brasil 463
5 Estado Federal, Comunidades de Estados e federalismo continental 467

CAPÍTULO 9 – PACTO FEDERATIVO E CONSTITUIÇÕES FEDERAIS 469
1 Noção de pacto 469
2 Natureza do pacto federativo e sua proteção 470
3 Concepção constitucional do Pacto Federativo 471
4 Pacto federativo em duas Constituições contemporâneas 474
5 Pacto federativo e o Direito Constitucional Brasileiro 477
6 Novas dimensões do Compromisso Federativo na Constituição de 1988 479

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 10 – O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE E O FEDERALISMO 485
1 Idéia antiga do Princípio da Subsidiariedade 485
2 Princípio da Subsidiariedade, Direito Comunitário e o Tratado de *Maastricht* 486
3 Revisão constitucional e o Tratado de *Maastricht* 487
4 Integração do Princípio da Subsidiariedade na Lei Fundamental da Alemanha de 1949 e na Constituição de Portugal de 1976 488
5 Princípio da Subsidiariedade e distribuição de competências no Direito Comunitário Europeu 492
6 Constituição Federal, legislação concorrente e o Princípio da Subsidiariedade 493
7 Integração de regras do Direito Internacional e do Direito Comunitário na Constituição Federal 496

TÍTULO IV
PROCESSO LEGISLATIVO – LEI – MEDIDAS PROVISÓRIAS – IMUNIDADES PARLAMENTARES

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO LEGISLATIVO NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS 499
1 Processo legislativo e regime político 499
2 Processo legislativo e regimento interno 500
3 Processo legislativo bicameral 501
4 Processo legislativo complexo 502
5 Processo legislativo híbrido 503
6 Processo legislativo nominal 504
7 Processo legislativo de equilíbrio 505
8 Processo legislativo autoritário 507
9 Renovação do processo legislativo 513

CAPÍTULO 2 – PODER LEGISLATIVO E MONOPÓLIO DA LEI NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 523
1 Definições prévias 523
2 Classificação dos sistemas jurídicos 524
3 Lei, Poder Legislativo e sistemas jurídicos 525

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4 Deslocamento da atividade legislativa 529
5 Legislação governamental e procedimento legislativo abreviado 536

CAPÍTULO 3 – MEDIDAS PROVISÓRIAS 539
1 Legislação Governamental 539
2 Fonte das Medidas Provisórias 540
3 Doutrina e Prática Constitucional Italiana 541
3.1 Norma e *provvedimenti* 541
3.2 Aplicação Imediata da Medida Provisória 542
3.3 Medidas Provisórias e o Poder de Emendar 542
3.4 Os Efeitos das Emendas 542
3.5 Reedição da Medida Provisória 543
3.6 Lei de conversão e pedido de nova deliberação 543
3.7 A deliberação sobre as Medidas Provisórias 544
3.8 Não conversão de Medida Provisória e lei reguladora de relações jurídicas decorrentes 544
3.9 Volume das Medidas Provisórias 545
4 As Medidas Provisórias na Constituição da República de 1988 545
5 Questões Específicas 546
5.1 Rejeição liminar das Medidas Provisórias 546
5.2 Promulgação congressual ou sanção da lei de conversão 547
5.3 Lei de conversão e veto 547
5.4 Renovação da Medida Provisória 548
5.5 Volume inicial das Medidas Provisórias 549
5.6 Mudança do modelo constitucional da Medida Provisória 550

CAPÍTULO 4 – IMUNIDADES PARLAMENTARES 557
1 Imunidades e proteção do mandato legislativo 557
2 Imunidades, prerrogativas e privilégios 559
3 Espécies de imunidades – Domínio específico 561
4 Suspensão da imunidade processual – Critérios do Direito Parlamentar 565
5 Iniciativa do pedido de licença 568
6 Princípio da especialização da licença 570
7 Imunidades nas Constituições dos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal, México e Argentina 573
8 Imunidades e proteção do mandato legislativo na Constituição Federal de 1988 577
9 Supressão da imunidade processual 579

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

TÍTULO V
MUNICÍPIO E REGIÕES METROPOLITANAS

CAPÍTULO 1 – A POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO DIREITO CONSTITUCIONAL FEDERAL BRASILEIRO 581

1 Duas constantes do Direito Constitucional Federal 581
2 O desdobramento da concepção constitucional de 1891 582
3 Autonomia municipal, princípio constitucional da União 583
4 O conteúdo da autonomia municipal na Constituição Federal 584
5 A defesa judiciária da autonomia municipal 588
6 O Município no período constitucional pós-1964 589
7 Uniformidade e diversificação da organização local 591
8 O Município e a competência de auto-organização 594
9 Município e Região 594
10 União Federal, Estados, Municípios e Regiões Metropolitanas 595
11 Redefinição da posição constitucional do Município 597

CAPÍTULO 2 – DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E AS REGIÕES METROPOLITANAS 599

1 Novidade da região metropolitana no Direito Constitucional Brasileiro 599
2 Antecedentes na Carta Federal de 1937 e no Anteprojeto de Constituição da Comissão de Juristas de 1966 600
3 Silêncio do Projeto de Constituição Federal de 12 de dezembro de 1966 – a Emenda n. 848 e o ingresso da região metropolitana no Direito Constitucional Federal 601
4 Anteprojeto da Lei Complementar de 12 de setembro de 1967 604
5 Fase polêmica: Debates, Seminários, Encontros – Autonomia Municipal, Superprefeito e Governo Metropolitano 605
6 Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973 – Estrutura da região metropolitana 606
7 Lei do Estado de Minas Gerais n. 6.303, de 30 de abril de 1974, e a instituição da autarquia metropolitana – Matéria residual da legislação do Estado-Membro – Norma e realidade 607
8 Características da região metropolitana no Direito Constitucional Brasileiro – Serviços públicos regionais e serviços públicos locais – Região metropolitana, relações intergovernamentais, desenvolvimento econômico e social 608
9 Constituição Federal de 1988, regiões metropolitanas e o poder de auto-organização do Estado Federado 609

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

TÍTULO VI
REGIME DE GOVERNO

CAPÍTULO 1 – REGIME PARLAMENTAR DE GOVERNO 611
1 Difusão do parlamentarismo 611
2 Formas de regime parlamentar 611
3 Regime parlamentar consuetudinário 613
4 Racionalização do parlamentarismo 615
5 Regime parlamentar monárquico 616
6 Evolução do regime parlamentar britânico 619
7 Regime parlamentar de inspiração clássica 622
8 Neoparlamentarismo e os regimes semipresidenciais 626
9 Regime parlamentar no Estado federado: A contribuição do constitucionalismo federal da Alemanha 632

CAPÍTULO 2 – PARLAMENTARISMO REPUBLICANO 635
1 Regime de Governo e características do regime parlamentar 635
2 Origem do regime parlamentar republicano 636
3 Irradiação do parlamentarismo republicano 637
4 Regime parlamentar italiano 637
5 Regime parlamentar francês 639

CAPÍTULO 3 – TENDÊNCIAS ATUAIS DOS REGIMES DE GOVERNO 643
1 Formas políticas e o regime de governo 643
2 Regime colegiado nas Constituições da Suíça e do Uruguai 644
3 Regime de governo misto 646
4 Regime soviético 646
5 Formas plurais do regime parlamentar 647
6 Regimes semipresidenciais 648
7 As peculiaridades do regime parlamentar da República Federal da Alemanha 649
8 Partidos Políticos e os regimes de governo 651
9 Regime presidencial norte-americano e o "Governo de um só homem" 652
10 Regime presidencial brasileiro, ditadura presidencial e esgotamento do regime presidencial 653
11 Propostas de alteração do regime de governo brasileiro 654

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

TÍTULO VII
CONSTITUIÇÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO 1 – Constituição de 15 de junho de 1891 661
CAPÍTULO 2 – Constituição de 30 de julho de 1935 667
CAPÍTULO 3 – Constituição de 14 de julho de 1947 673
CAPÍTULO 4 – Constituição de 13 de maio de 1967 677
CAPÍTULO 5 – Emenda Constitucional Estadual n. 1, de 1º de outubro de 1970 – Emendas posteriores 681
CAPÍTULO 6 – Constituição de 21 de setembro de 1989 e emendas 685

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 693

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br